



SOCIEDADE

Criança afetada pela zika receberá pensão vitalícia

Veto de Lula é derrubado no Congresso. Valor será o teto da Previdência (cerca de R\$ 8,1 mil), além de indenização de R\$ 50 mil

» WAL LIMA

Vanilson Oliveira/CB/D.A Press



Pais levaram os filhos afetados pelo vírus da zika, que desenvolveram microcefalia, para acompanharem a sessão que derrubou o veto de Lula

O Congresso derrubou, ontem, o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a um projeto de lei (PL) que cria pensão especial para crianças vítimas de síndromes associadas ao vírus da zika, aprovado no ano passado. Dessa forma, as famílias que têm direito passam a receber, mensalmente, um valor vitalício de R\$ 8.157,41, que é o teto da Previdência Social, além de uma indenização a ser paga de uma única vez. A decisão representa uma vitória para as famílias que, há quase uma década, enfrentam dificuldades no acesso à reabilitação e aos cuidados contínuos para os filhos afetados pela epidemia, que atingiu o Brasil entre 2015 e 2017, no governo de Dilma Rousseff.

Para tentar diminuir o desgaste do Palácio do Planalto com a derrubada do veto, o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), argumentou que a retomada do texto original do PL só foi possível depois de um acordo entre o Poder Executivo e as bancadas para garantir o benefício às famílias cujos filhos têm síndromes causadas pelo vírus, também transmitido pelo mosquito *Aedes aegypti*. “Faço questão de saudar esse acordo construído pelo governo para execução e garantia da indenização e pensão para vítimas do zika vírus”, disse. Parlamentares e governo ajustaram a derrubada do veto em uma reunião com a ministra Gleisi Hoffman, na Secretaria de Relações Institucionais, na segunda-feira.

Natiele Nogueira Dias, 32 anos e moradora de Campinorte (GO), acompanhou a votação da derrubada do veto. Mãe de uma criança com microcefalia, comemorou a conquista. “Foi uma vitória muito significativa. Há 10 anos estamos nessa luta. Nossos filhos foram

afetados por um problema de saúde pública. Não foi escolha, não foi genético. Foi o mosquito que transmitiu para as mães e atingiu as crianças”, lembrou.

Segundo Natiele, o benefício representa bem mais do que um alívio financeiro — é uma possibilidade de garantir qualidade de vida e acesso a tratamentos contínuos para as crianças afetadas. “A reabilitação é eterna. Não tem alta. Enquanto a criança tiver vida, vai precisar. O SUS (Sistema Único de Saúde) oferece, mas nem sempre consegue suprir tudo. Com esse benefício, vamos poder complementar o que falta e correr atrás de forma independente”, afirmou.

Para requerer o benefício

» Para o pagamento da indenização e da pensão, será preciso pedi-lo à Previdência Social. Mas somente depois da promulgação da lei é que se saberá o procedimento específico para solicitar o benefício.

» A pensão, porém, será concedida somente a partir da análise de laudos médicos e, pelo texto do projeto de lei, será necessário que a família do beneficiário apresente um documento assinado pela junta médica que acompanha a criança com a síndrome.

» O beneficiário poderá acumular a pensão vitalícia com um Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou benefícios

previdenciários que não ultrapassem um salário mínimo.

» O beneficiário não será descontado na fonte pelo Imposto de Renda.

» O beneficiário terá direito a um 13º salário.

» O PL prevê uma extensão da licença-maternidade para mães de crianças que nascerem com microcefalia — que pode ser de mais de 60 dias.

» Ainda segundo o PL, no caso de concessão de BPC às vítimas da Zika, o benefício não sofrerá revisão periódica.

As mães, que se mobilizaram nos últimos anos por meio de associações e protestos, também destacam que a dedicação aos filhos impede que muitas delas trabalhem fora de casa, o que torna a indenização e o auxílio vitalício ainda mais importantes. “A maioria de nós não consegue trabalhar. O cuidado é integral, diário, e as despesas só aumentam com o tempo”, completou Natiele. O benefício deve alcançar cerca de 3 mil famílias, segundo estimativas da Associação Nacional das Mães de Crianças com Microcefalia.

Impacto orçamentário

Em 2020, o então presidente Jair Bolsonaro sancionou uma lei que previa o pagamento de pensão de um salário mínimo para cada criança afetada — as famílias, porém, consideram tal valor insuficiente. Lula vetou o PL justificando que não havia “estimativa de impacto orçamentário e financeiro”. Além disso, o texto aprovado pelo Congresso criaria “despesa obrigatória de caráter continuado e benefício tributário”.

Ainda assim, o Palácio do Planalto tentou construir uma alternativa para evitar que o veto fosse derrubado pelo Congresso. A ideia era remeter uma medida provisória propondo o pagamento de uma pensão única de R\$ 60 mil às crianças de até 10 anos que nasceram com deficiências causadas pelo vírus — mas não foi bem recebida e o governo deixou que caducasse no início do mês.

A epidemia do vírus da zika atingiu o Brasil em 2015 e teve como uma das principais consequências o nascimento de bebês com microcefalia, cujas características são a redução do tamanho da cabeça e o dano cerebral permanente. A unidade da Federação mais atingida pelas infecções foi Pernambuco. Entre 2015 e 2017, período da emergência sanitária, o Ministério da Saúde identificou 4.595 nascidos vivos com microcefalia, a maioria deles no Nordeste.

TRÁFICO DE ANIMAIS

Megaoperação prende 16 pessoas

» JAQUELINE FONSECA

Uma megaoperação das polícias civis do Paraná, de Santa Catarina, de São Paulo e de Minas Gerais prendeu 16 pessoas em flagrante pelo crime de tráfico

internacional de animais silvestres e exóticos. O esquema foi descoberto por meio da infiltração de agentes nos grupos que comercializavam os animais — mais de mil foram resgatados na ação deflagrada ontem.

Nos endereços dos investigadores, os agentes encontraram animais que não são da fauna brasileira, além de outros ameaçados de extinção — como cobras, pássaros, sapos, tartarugas, macacos, axolotes (um tipo de anfíbio)

e lagartos. Os indivíduos que não puderem ser reinseridos na natureza serão encaminhados para santuários.

A investigação, que durou dois anos, descobriu um esquema sofisticado de tráfico internacional. As células criminosas de São Paulo eram responsáveis pela distribuição nacional, enquanto os núcleos do Paraná, Santa Catarina e

Minas abasteciam o Sul, o Sudeste e parte do Nordeste.

A negociação era feita em fóruns e grupos na internet. As entregas dos animais eram feitas de diversas formas: viagens com caminhoneiros, envios postais e até mesmo por aplicativos de entrega. “Esses grupos, que concentram mais de 20 mil membros, se organizam para a venda de animais em

tudo o território nacional, tanto no atacado quanto no varejo. Infiltramos agentes em grupos digitais e descobrimos como funciona o comércio. Ocorre, majoritariamente, de forma on-line, diferentemente dos anos anteriores, quando se concentrava em feiras livres”, afirmou o delegado Guilherme Dias, da Polícia Civil paranaense e responsável pela investigação.



ALEXANDRE GARCIA

“É TRISTE QUE SE PRECISE INSISTIR NO ÓBVIO: O ESTADO SÓ EXISTE PARA PRESTAR SERVIÇOS À NAÇÃO E RECEBE DELA IMPOSTOS PARA ISSO”

O pecado da passividade

Foi uma derrota do governo, por goleada, na Câmara. Quase 100 votos além dos necessários: 346 a 97 — e numa segunda-feira. Em véspera de ano eleitoral, difícil ficar ao lado de aumentos de impostos para sustentar um governo gastador e ir contra o pagador de impostos e eleitor. Foi só a decisão de urgência, mas um sinal sólido de aprovação do decreto legislativo que, pela primeira vez, vem para derrubar um decreto do Executivo. Foi, também, um raro sinal de reação maciça do Parlamento, num tempo de contumácia no descumprimento da própria Constituição. Um tempo de omissão, não

apenas dos representantes, mas dos representados, eleitores, contribuintes, cidadãos e de parte da mídia — teoricamente porta-voz dos anseios de sua audiência. Omissões que ferem a normalidade de um regime que exhibe o rótulo de democrático.

O silêncio, a omissão e a alienação são atitudes antidemocráticas. Porque a democracia exige ativismo constante, vigilância, participação e exercício democrático, hábitos democráticos. Democracia não é um sistema passivo, mas de atividade pelas liberdades, pelos direitos iguais, pela responsabilidade, pelos princípios que estão na Lei Maior,

a Constituição, a nossa Bíblia secular de cabeceira. Dia 15 de junho, a Magna Carta, que limitou os poderes do rei — isto é, do Estado, para que a nação fosse livre —, completou 810 anos. Por todo esse tempo, não se justifica que esse conjunto de regras já não esteja na raiz, na estrutura cultural e jurídica dos países. O básico da Magna Carta estabelece que ninguém será preso sem que tenha sido submetido a um julgamento pelo devido processo legal.

A pedra angular da democracia é a liberdade de expressão. A censura é a pedra angular do totalitarismo. Para se semear ditadura, é preciso lançar as sementes da censura. A nossa Constituição, nos artigos pétreos 5 e 220, veda a censura e consagra a

liberdade de expressão. As autoridades dos Três Poderes, ao assumirem, juram cumprir, guardar e defender a Constituição. Então, caro leitor, estamos todos livres e blindados contra a censura? Inexplicavelmente, não. Na prática, a Constituição fica no papel. Há uma vontade enorme de os agentes do Estado, servidores na Nação, tutelarem as pessoas. Decidirem o que as pessoas podem ou não podem falar, ver e ouvir.

Cumplicidade

Esses têm cúmplices. São, em primeiro lugar, os que gostariam de calar seus oponentes ideológicos. O que é uma burrice, pois o contraponto é essencial na busca de soluções.

Em segundo lugar, estão os indiferentes, os omissos, os viciados no conforto que permite que outros tomem as decisões. Não são donos de si. Abrem mão de seu poder ou preferem se distrair com o circo, havendo um mínimo de pão. Entre esses, estão pagadores de impostos, que vão pagar mais impostos com seu trabalho. Mas, também, os que estão recebendo esmolas com os impostos dos outros. Isso vai continuar até que os pagadores decidam nada mais pagar. Um país que se equilibra nesta corda bamba, um dia cai.

É triste que se precise insistir no óbvio: o Estado só existe para prestar serviços à nação e recebe dela impostos para isso. Entre os serviços que o Estado é obrigado a prestar é o

do ensino, que serve para preparar os brasileiros para que possam ter renda própria e produzirem riqueza, em busca do bem-estar. A educação para a vida, com cidadania, ética, responsabilidade, é modelada em casa — e aí reside a maior responsabilidade, a da família. A omissão de pais, tios e avós na educação das novas gerações é ainda mais prejudicial à democracia do que o medíocre ensino do Estado e a omissão dos que representam o povo, origem do poder.

Nós, o povo, recebemos cérebro como bem natural e livre arbítrio, que é a liberdade de pensar e decidir. Não exercer essa liberdade é não defendê-la. É um pecado capital, pois nascemos livres. A passividade trai nossa natureza.